

v.30 n.2
Jul-Dez/2020

DOSSIÊ

Territórios e lutas sociais: insurgências e resistências
contra a mercantilização da vida

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Territórios e lutas sociais:
insurgências e resistências contra
a mercantilização da vida

v.30 n.2

Jul-Dez/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.2

Gabriela Icasuriaga UFRJ

Cecília Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Iron Pedreira Alves / Flickr (CC BY 2.0)
Pesca, 2019.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraia vermelha](https://www.instagram.com/revistapraia vermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	236	
	<i>Gabriela Icasuriaga & Cecília Cavalcanti</i>		
ENSAIO DOSSIÊ	Cupim que vai pra festa de tamanduá	246	
	<i>Antônio Bispo dos Santos</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Espacialidade do capital e metamorfose do território	253	
	<i>Helena Lúcia Augusto Chaves & Vitória Régia Fernandes Gehlen</i>		
	Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas	272	
	<i>Maria Raimunda Penha Soares</i>		
	Quilombo Rio dos Macacos e a resistência contra a acumulação por espoliação	299	
	<i>Ana Claudia de Jesus Barreto</i>		
	Lutas e resistências contra a privatização da água no Rio de Janeiro	324	
	<i>Caroline Rodrigues da Silva, Bruno Alves de França & Ary Gabriel Girota de Souza</i>		
	O Controle social nas favelas cariocas e o protagonismo das mulheres	349	 Você está aqui.
	<i>Marcia Bastos de Araújo & Rafael Soares Gonçalves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Política pública e voluntariado: um estudo sobre o serviço “Família Acolhedora” no Brasil	372	
	<i>Denise Andreiade Oliveira Avelino & Maria de Lourdes Mattos Barreto</i>		
	O Serviço Social e a reprodução das relações sociais	391	
	<i>Silvio Aparecido Redon & Eliane Christine Santos de Campos</i>		
	O Estatuto da domesticidade e o repertório de resistência de trabalhadoras domésticas	409	
	<i>Tatiane de Oliveira Pinto</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

O Controle social nas favelas cariocas e o protagonismo das mulheres

Controle Social
Mulheres
Direito à cidade
Favela
Política Urbana

O presente artigo objetiva analisar as implicações da luta das mulheres pelo direito à cidade, a partir do exercício do controle social da política urbana destinada às favelas. O Rio de Janeiro se constitui como locus central nesta discussão, pois tem concentrado, nos últimos anos, violações de direitos em relação aos moradores das favelas cariocas. A atuação das mulheres vem se manifestando como central no exercício do controle social, demonstrando a urgência de uma participação crítica e mais efetiva da população em relação aos rumos das políticas urbanas.

Marcia Bastos de Araújo

Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais – LEUS, Assistente Social na Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio.
mba.bastos@hotmail.com

Rafael Soares Gonçalves

Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais - LEUS, Pós-doutor em antropologia pela EHESS e doutor em História pela Université de Paris VII.
rafaelsgoncalves@yahoo.com.br

Social control in Rio de Janeiro slums and the women's protagonism

This article aims to analyze the implications of women's struggle for the right to the city, from the exercise of social control of urban policy aimed at slums. Rio de Janeiro is the central locus of this discussion, as it has concentrated, in recent years, violations of rights in relation to the residents of Rio de Janeiro slums. The action of women plays a central role in the exercise of the social control, demonstrating the urgency of a critical and effective social control of the urban politics.

Social Control
Women
Right to the city
Slum
Urban Policy





A cidade do Rio de Janeiro abrigou em menos de uma década uma série de eventos internacionais, desde os Jogos Pan-americanos de 2007, passando, entre outros, pelo encontro dos jovens com o Papa em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A preparação da cidade recolocou as remoções de favelas na gramática política local. Nesse contexto, uma série de iniciativas de resistência dos moradores afetados se materializou na cidade. O presente trabalho pretende, mais especificamente, analisar a atuação das mulheres, por meio de mecanismos alternativos de controle social, em espaços de mobilização, conflitos e pactuação de interesses, não definidos exclusivamente nos espaços institucionais regulamentados por lei.

Tais espaços institucionais de controle social das políticas públicas urbanas, como assembleias e conselhos, acabaram se tornando muitas vezes espaços de cooptação da população dentro de um projeto societário elitista e excludente. Como analisa Bravo e Correia (2012), a partir de uma perspectiva gramsciana da relação entre Estado e sociedade civil, o controle social deve ser entendido dentro da articulação dialética entre Estado que abrange a sociedade civil composta por interesses de classes opostos. Assim, como afirmam as autoras, as lutas políticas se dão na totalidade da estrutura social e da formação social. Nesse contexto, pretende-se compreender se a atuação dessas mulheres representa ou não formas originais de controle social sobre as intervenções estatais urbanas, para que o Estado incorpore as demandas da maioria da população. Para qualificar esse controle social, Dias (1996) pontua que tal expressão, implementada em um contexto de regressão de direitos, necessita apontar para a hegemonia das classes subalternas, objetivando desarticular as estratégias do capital em produzir o que Bravo (2009) chamou de projeto consensual e compartilhado a respeito da participação popular na esfera política.

Os megaeventos potencializaram o papel das cidades no processo de globalização neoliberal (Ribeiro e Santos Junior, 2013 e Hanai, 2019). Nos termos de Maricato (2014), o fim do Estado provedor e a emergência da globalização neoliberal entre os anos 1970 e 1980 tiveram um impacto profundo nas cidades, em especial no capitalismo periférico.¹ A desregulamentação, flexibilização e privatização são práticas que acompanharam a reestruturação das cidades no intuito de abrir espaço para o capital, sobretudo

**O Controle social nas favelas cariocas
e o protagonismo das mulheres**

Marcia Bastos de Araújo
Rafael Soares Gonçalves





aos setores imobiliário, de infraestrutura e de serviço. Maricato (2014) destaca, ainda, que forças político-ideológicas tomam o comando desse processo de ideário urbanístico, ampliando a naturalização das desigualdades sociais. A cidade, como parte fundamental desse processo de acumulação, se coloca como espaço a ser renovado, combinando assim perfeitamente com o ideário neoliberal, que pressupõe uma cidade subordinada às exigências e manutenção da acumulação capitalista.

A preparação da cidade para os megaeventos engendrou as condições sobre as quais o projeto de cidade em vigor foi edificado no Rio de Janeiro (Gonçalves, Magalhães e Simões, 2013 e Gonçalves, Bautès e Freire, 2017). Esse processo marcou a viabilização de uma ordem especulativa, e de exploração a partir da ampliação de investimentos estatais em grandes obras, realizadas por uma gestão pública orientada para atrair e beneficiar os interesses privados. Essa nova configuração urbana contou com um discurso de mobilização do conjunto da sociedade, mas acabou impactando principalmente a população mais pobre com o retorno das remoções e uma valorização desenfreada do solo em vários bairros. Esse projeto de poder aponta para uma perspectiva política e ideológica, que relativiza os princípios do direito à cidade, e posiciona a remoção de favelas como uma das principais estratégias de efetivação desse modelo urbano.

Como analisa Lefebvre (2001), o direito à cidade não se resume somente à possibilidade de acessar os recursos urbanos, mas abrange a possibilidade de participar da construção da própria cidade como uma obra coletiva. Com a eleição do atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), as remoções seguem compondo as propostas políticas, mesmo que com menos intensidade do que durante o período mencionado de preparação da cidade para os grandes eventos. De qualquer forma, essa característica revela que o fim da hegemonia local do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não foi suficiente para interromper a coalizão estratégica, que permitiu a exploração da cidade em torno da especulação imobiliária. Apesar do marasmo político da gestão atual, a política urbana municipal vem conciliando os mesmos mecanismos de planejamento urbano consolidado durante a preparação da cidade para os megaeventos (Gonçalves e Campos, 2019).

**O Controle social nas favelas cariocas
e o protagonismo das mulheres**

Marcia Bastos de Araújo
Rafael Soares Gonçalves



Nessa conjuntura, observa-se a centralidade da ação política das mulheres na cidade, que consolida um novo projeto político, reivindicando participação na esfera pública e exercício do controle social, compreendido, no caso aqui analisado, como formas de ação política, institucionalizadas ou não, que assegurem a mobilização política contra o projeto de cidade em curso. Neste sentido, este artigo aponta para a necessidade de reconhecer a ação política das mulheres na cidade, em especial na luta contra a remoção de favelas, com base no reconhecimento das narrativas resistentes femininas em torno da perspectiva da luta pelo direito à cidade. Ressaltar a resistência feminina nas favelas é de extrema importância, uma vez que diariamente são as mulheres que enfrentam todas as expressões das desigualdades de gênero, sustentadas pelo modelo patriarcal presente nesta sociedade. Os embates urbanos cotidianos nas favelas têm afirmado a resistência feminina como caminho criativo para construção e consolidação de formas alternativas de se viver e de se organizar como mulher na cidade, assim como de imaginar novas formas do urbano.

Sendo assim, ao ampliar o debate sobre a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia, os lugares convencionados como normativos são questionados. Enquanto que os espaços tradicionais postulam o apagamento das mulheres nas esferas públicas de decisão e de luta, as resistências e insurgências femininas impõem diariamente ações políticas na e pela cidade, contrariando esse modelo de apagamento e não reconhecimento das vozes das mulheres e a diversidade de suas narrativas. A participação das mulheres como protagonistas na luta apresenta imprescindível tarefa de fortalecer e consolidar a mulher como agente político e sujeito coletivo, frente à conjuntura que se apresenta.

Assim, o presente artigo objetiva analisar as implicações da luta das mulheres pelo direito à moradia, a partir do exercício do controle social da política urbana destinada às favelas cariocas. Tais implicações foram acompanhadas durante a realização da pesquisa de campo empreendida ao longo de dois anos,² com o acompanhamento da mobilização política contra as remoções de favelas e com a realização de entrevistas com mulheres diretamente implicadas nessas mobilizações.³ Para o presente artigo, discutiremos, em primeiro lugar, a mulher como

sujeito político distinto na cidade. Em seguida, analisaremos o protagonismo feminino nas práticas de controle social e, por fim, debruçar-nos-emos no caso específico da favela de Rio das Pedras.

A Mulher como sujeito político distinto na cidade

A relação de vivência e circulação contemporânea das mulheres com a vida urbana aponta a cidade como espaço de construção e validação de diversas narrativas de luta. Nesse sentido, a compreensão da luta pelo direito à cidade, através de uma perspectiva feminista⁴, supõe a problematização dos principais paradigmas, que fundamentam a construção do conhecimento e da própria política urbana (Oliveira, 2018). Ao circularem pela cidade, mulheres encontram limites e imposições, que silenciam suas demandas e invisibilizam narrativas. Trata-se de uma construção social perversa, que pressiona as mulheres a permanecer à margem dos processos de participação política, de forma constrangida e segregada.

Essa construção se apoia na associação natural destinada as mulheres historicamente ao âmbito privado da vida. Feministas marxistas (Federici, 2012; Saffioti, 2013 [1969]) procuram, há décadas, explicar essa relação, com base no conceito da divisão sexual do trabalho, onde se assentam as hierarquias de gênero, e por consequência respaldam a produção da posição de desigualdade para as mulheres. Apesar do esforço comum das referidas autoras, vale pontuar que Federici (2012) entende que é o poder que o salário confere aos homens na sociedade capitalista que sustenta a condição de subordinação das mulheres. Além disso, pontua que o trabalho doméstico não deve ser considerado como mero resquício pré-capitalista, quando na verdade é um dos principais pilares de produção e manutenção do capitalismo. Já Saffioti (2013) considera que a condição natural histórica de inferiorização das mulheres, em estruturas sociais distintas, foi ampliada no capitalismo em decorrência da marginalização das funções produtivas desempenhadas pelas mulheres, e, por isso, questiona até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista essencialmente, ou se a persistência de uma tradição cultural é que se complexifica, para responder as necessidades de mão de obra que o sistema não tem capacidade de absorver.

De todo modo, o que não se pode negar é que a alocação do trabalho, inclusive o reprodutivo, fundamentado pelo gênero, assegura a manutenção da acumulação capitalista, através da garantia da reprodução da força de trabalho dos homens. Assim, a divisão sexual do trabalho engendra o patriarcado, e, portanto, as relações de poder conformadas por esse sistema. No entanto, este conceito trabalhado por diversas feministas ao longo do tempo parte de uma perspectiva eurocêntrica, postulando a mulher como sujeito universal, e sustentando a centralidade da opressão de gênero como forma essencial da relação social hierarquizada entre homens e mulheres.

Não rejeitando sua importância, mas entendendo sua insuficiência, cabe pontuar que a divisão sexual do trabalho também deve ser explicada a partir de outras relações de poder, na medida em que as opressões de gênero se modificam quando consideramos as interseções de classe e raça. Neste caso, a divisão sexual do trabalho representa apenas um dos cruzamentos nas relações modernas de poder. Observamos, por exemplo, que a intersecção das opressões de gênero, raça e classe reverberam implicações para as mulheres faveladas, pois quem trava a luta contra a remoção não é a mulher branca da Zona Sul: é a mulher da periferia, muitas vezes pobre e muitas vezes negra.⁵ Por este motivo, há de se considerar que existe um limite sobre a possibilidade de participação política nos padrões que essa participação assume para as mulheres faveladas.

Ao problematizar a mulher, como sujeito político e distinto, buscamos criar legitimidades para refutar epistemologias tradicionais e conseqüentemente hierarquias socialmente construídas, que reverberam em representações específicas sobre o espaço urbano. Ribeiro (2017) destaca que o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas, daí a importância de questionar a legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo detentor do poder.

Em todo caso, o campo de ação política de mulheres pela cidade é amplo e demonstra que toda relação historicamente construída é passível de contestação. A cidade é, portanto, o espaço onde as relações sociais e econômicas são tensionadas, e as ordens culturais e sociais questionadas por sujeitos políticos distintos. Desse modo, o engajamento das mulheres envolvidas na luta pelo direito à moradia digna nas favelas cariocas e o lugar de destaque

que são assumidos por elas enquanto sujeitas de luta evidenciam um agenciamento político não somente no interior das favelas, mas ocupando espaços diversos e atuando em diferentes escalas. Tais práticas políticas, mesmo sem uma organicidade previamente refletida, extrapolam seus lugares de moradia e são essenciais para o rompimento da narrativa dominante e para o questionamento das condições sociais de privilégios. O interesse está na constituição de um modelo de sociedade que incorpore demandas sociais distintas, e que forneça espaço além das perspectivas comuns às classes subalternas como um todo, para que tais demandas suscitem alteração na ordem cultural pré-estabelecida.

As mulheres faveladas buscam pautar suas lutas em torno do direito à cidade. Dessa forma, procuram respostas que se opõem às categorias normativas que conformam a identidade feminina, construídas histórica e culturalmente e que representaram, para as mulheres, em grande parte, a renúncia de sua autonomia e individualidade, bem como a sua exclusão e submissão na esfera política. Em tempos de um retorno do conservacionismo, inclusive em áreas populares, faz-se urgente trazer as vozes subalternas para uma posição de relevância na história, denunciando seu apagamento e o não reconhecimento de suas agendas. Compreende-se como estratégica, portanto, a importância em evidenciar que grupos específicos de mulheres produzem historicamente resistências contra o modelo dominante através de uma disputa de narrativa. Sendo assim, falar de direito à moradia a partir das perspectivas das mulheres aqui entrevistadas, permite pensar que as demandas das mulheres na cidade não são homogêneas, e que a voz das mulheres faveladas tem suma importância na elaboração de proposições de luta visando a construção de novos marcos para as políticas urbanas.

Protagonismo feminino no controle social da Política Urbana

Os embates na cidade, sobretudo nas favelas, têm aproximado as mulheres do projeto de cidade que a política urbana vem postulando. As lutas travadas por elas se posicionam na busca por mudanças e na defesa de uma política urbana que assegure direitos aos moradores de favelas de forma ampla e coletiva. Por este motivo, reconhecemos essa articulação como estratégia para o controle social da política urbana.



Temos a tendência de pensar no controle social como processo exclusivo do contexto das Conferências, dos Conselhos de Políticas Públicas e dos espaços de Orçamento Participativo⁶. De fato, são espaços importantes para a concretização do exercício do controle social, que foram propiciados pelo conjunto de lutas sociais e políticas na direção da democratização do país frente ao Estado autoritário, implantado a partir da ditadura militar. Porém, ainda que atravessados por uma tensão histórica, são espaços que podem potencializar a capacidade dos diferentes grupos em condição de desigualdade, de disputar a elaboração da política pública, do fundo público, de exigir a transparência do uso de recursos e a efetivação dos direitos sociais.

Na perspectiva de Dagnino (2004), o processo de construção democrática marca avanços e conquistas inegáveis, como no caso dos espaços de controle social das políticas públicas. Obviamente que tais conquistas foram advindas da mobilização popular e da organização dos movimentos sociais, que culminaram, em 1988, na nova Constituição. No entanto, esse mesmo período expressa também o surgimento de um movimento de adequação ao modelo neoliberal, imposto pelo Consenso de Washington e orientações do Banco Mundial. Esse momento se manifestou como uma “modernização conservadora” (Machado, 2015) devido à manutenção do conservadorismo político e dos traços antidemocráticos.

Assim, se é possível que a participação da sociedade civil seja entendida de um lado, como possibilidade na construção da democracia, na medida em que ocorre a partilha do poder da decisão entre o Estado e a sociedade, associada ao projeto democratizador, à capacidade de negociação e ao controle democrático sobre o Estado. Por outro lado, existe a possibilidade de se ver aí um limite à construção da democracia e dos espaços públicos, tendo-se em mente que esse incentivo do Estado pode representar a transferência de suas responsabilidades à sociedade e o total apoio a matrizes liberais e de caráter privado no trato das questões públicas (NEVES, 2008, p. 32).

Na análise de Coutinho (2006), essa conjuntura promoveu a vinculação do controle social como desígnio direto da sociedade civil sobre o Estado, gerando inclusive uma leitura problemática a respeito do papel da sociedade civil nesse contexto. Foi assumido um traço dicotômico, que determinou como negativo tudo o que



dizia respeito ao Estado, e como positivo tudo que dizia respeito à sociedade civil, porque esta representava a negação do regime militar. Para o autor, essa apropriação marcou a sociedade civil como homogênea, como se fosse composta unicamente ou por setores progressistas ou pelas classes subalternas. Além disso, serviu para reorientar ideologicamente o papel do Estado, descentralizando e deslocando a responsabilidade com a prestação de serviços e de gestão para a sociedade.

A dicotomia engendrada nesse contexto traz à tona a importância do pensamento gramsciano, que aponta para a unidade da sociedade civil e do Estado, bem como para a maneira em que os interesses que circulam as lutas sociais precisam se opor à mercantilização e privatização das políticas públicas, tornando o controle social efetivo para as demandas populares. Nesse sentido, o que essas implicações demonstram é que existem, desde o processo de criação e consolidação dos conselhos, desafios que limitam a autonomia plena desses espaços. As contradições e correlações de forças próprias ali existentes, em função das conjunturas políticas, ampliam a necessidade de buscar constante articulação política e valorização das experiências para uma organização popular independente.

No que tange ao quadro conceitual, no boletim editado pelo Instituto Pólis é possível encontrar definições mais pragmáticas sobre o que são e onde podem ser exercidos esses conselhos institucionalizados, situados no poder executivo;

As Conferências, os Conselhos de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos constituem espaços importantes para a concretização do exercício do controle social. São espaços de diálogo e deliberação direta entre representantes da sociedade civil e do governo.

Os conselhos gestores de políticas públicas são instrumentos fundamentais de controle social das políticas setoriais nos níveis municipal, estadual e federal, previstos em lei. A eles compete deliberar políticas e aprovar planos, fiscalizar as ações e a utilização dos recursos, aprovar ou rejeitar a prestação de contas feita pelo poder público e emitir normas. Como estes conselhos têm sua existência garantida em lei, não estão sujeitos à vontade de uma ou outra gestão para existir. Já outros espaços como Orçamentos Participativos ou grupos de trabalho são diretamente afetados pela vontade política dos governos em implementá-los ou dar



continuidade ao seu funcionamento (Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – n. 29 - agosto/08).⁷

Em seu sentido geral, o controle social pode ser realizado tanto no momento da definição da política a ser implementada, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, bem como das execuções das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública. Os espaços de controle social institucionalizados não são os únicos onde se exerce o controle social. As diversas organizações autônomas da sociedade fortalecem o exercício do controle social e são fundamentais para as ações de pressão, monitoramento, fiscalização, exposição pública de um tema e acionamento de órgãos públicos. Os movimentos de moradia em todo país são reconhecidos como exemplos claros desse quadro, na medida em que participam dos canais institucionais, ou seja, conselhos e conferências, mas também atuam no monitoramento, fiscalização e na pressão por fora desses espaços institucionais, seja nas ruas ou mesmo na judicialização de certos temas.

A conjuntura atual impõe limites para o exercício da participação política, em função da desarticulação dos interesses coletivos dos diferentes segmentos sociais. No entanto, faz-se necessário entender que o controle social é um movimento dialético, que organiza, no espaço, os interesses em confronto e torna conscientes os conflitos e contradições (SIMIONATTO, 1995, p.66). Como veremos a seguir, observa-se um papel ativo das mulheres nesse processo como protagonistas no controle social da política urbana.

O Protagonismo Feminino presente em diversas mobilizações políticas na cidade, sobretudo nas favelas cariocas, não é recente, porém o pensamento dominante impõe constantemente formas e normas, que invisibilizam as mulheres dos processos políticos inerentes a toda luta por direitos, com base na divisão sexual do trabalho. As experiências aqui retratadas indicam que a ação política das mulheres na cidade materializa uma disputa, que transita em torno da perspectiva da desigualdade de gênero e do próprio direito à cidade.

As favelas cariocas sempre foram alvos de inúmeras violações de direitos, e seus moradores constantemente ameaçados. Nos

O Controle social nas favelas cariocas e o protagonismo das mulheres

Marcia Bastos de Araújo
Rafael Soares Gonçalves



últimos anos, por exemplo, a remoção das favelas cariocas voltou ao léxico local, apesar do princípio da não remoção de favelas que vinha se estabelecendo desde os anos 1980 (Gonçalves, 2013). Assim, o direito à moradia nestes espaços foi sendo cada vez mais questionado, desqualificado, e violado, tendo como justificativa a preparação da cidade para os megaeventos.

A atual gestão municipal manteve a mesma matriz discursiva de intervenção, dando continuidade ao processo de mercantilização da cidade, com foco na remoção de favelas, e a projetos de grandes impactos promovidos através de parcerias público-privadas. Tais projetos se voltam para os interesses do mercado imobiliário em detrimento dos direitos dos moradores diretamente impactados. Ainda em processo de campanha, por exemplo, o atual prefeito prometeu utilizar-se de concessões e parcerias com a iniciativa privada para resolver o déficit habitacional de favelas.

Esse constante tensionamento urbano, que preconiza o desaparecimento da favela, traz evidentemente à tona questionamentos por parte dos sujeitos envolvidos. Ao ser evidenciado o protagonismo feminino nesse processo, é possível observar que as mulheres em questão, na atual conjuntura que se segue, não se consideram mais envolvidas apenas na resistência à remoção, na luta pela permanência, ou por reivindicações pontuais de infraestrutura urbana, mas buscam se inserir politicamente em espaços convencionados como incomuns à sua presença, disputando espaços políticos e impondo novas percepções sobre o direito à cidade. Esse movimento, agregador de tantos elementos insurgentes, constrói e fortalece o controle social, na medida em que essas mulheres transitam pelas esferas públicas e privadas e convertem demandas individuais em coletivas.

A Experiência de Rio das Pedras

A experiência de luta da favela de Rio das Pedras expressa a perspectiva do exercício do controle social em processos dinâmicos vividos e sentidos em especial pelas mulheres, onde a relação de pertencimento com o local de moradia que assumem possui constitui a favela como espaço de construção e validação de suas narrativas de luta. Tais narrativas são construções que representam o lugar que o sujeito político



está inserido, contribuindo com a formação e fortalecimento de seus repertórios de resistência, potencializados a partir do associativismo. Nesta seção apresentaremos relatos de três mulheres, moradoras da região, que serão identificadas no decorrer do texto como Moradora 1, Moradora 2 e Moradora 3.

Rio das Pedras é uma favela localizada na zona oeste da cidade, especificamente situada entre os bairros do Itanhangá e Jacarepaguá. Os moradores mais antigos de Rio das Pedras relatam que a favela expandiu com maior expressividade na década de 1970, junto com o crescimento da Barra da Tijuca, à medida que aumentava a demanda de mão de obra na região. Assim como grande parte das favelas, Rio das Pedras cresceu como resultado de determinantes projetos de construção, urbanização, e expansão de uma área específica da cidade. Além disso, é conhecida também pela forte presença da milícia, que exerce um rígido controle local com grande impacto no cotidiano dos moradores.⁸

Segundo a Moradora 1, que integra a Comissão de Moradores⁹, Rio das Pedras é formada aproximadamente por 180 mil habitantes, especialmente por conta da migração de nordestinos. Sublinha, aliás, que sua família é natural dos Estados da Paraíba e Piauí. Chegaram a Rio das Pedras bem no início da ocupação e ali seus familiares se estabeleceram. É uma localidade que possui uma história marcada por muitas nuances políticas caracterizadas por muita resistência e descasos do poder público. Da mesma forma, é um dos centros, como mencionamos anteriormente, da atuação das milícias. Inclusive, cabe destacar que esse assunto não foi abordado na entrevista, por motivos de segurança, considerando tanto as entrevistadas, quanto a posição da primeira autora desse artigo, enquanto pesquisadora e moradora da região. Sem entrar nesses meandros, identificamos que as formas de atuação das lideranças são direta ou indiretamente mediadas e limitadas pela atuação da milícia no local.

A ameaça de remoção de Rio das Pedras iniciou em 2017 e nunca esteve no foco das remoções no período de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos. Em entrevista, a mesma moradora relembra o momento crítico que enfrentou com a ameaça de remoção, através do projeto de verticalização da favela pela Prefeitura com o mandato de Crivella. Para ela, a intenção foi claramente servir aos interesses imobiliários, e apesar de ter sido



interrompido através da mobilização de todos os moradores, não significa que o risco é inexistente, pois acredita que grupos distintos de poder tem interesse na especulação da região.

O plano de verticalização de Rio das Pedras buscou viabilizar a construção de prédios com 35 mil apartamentos de 12 andares, contando com a emissão dos Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACS, possibilitando, desta maneira, o aumento do gabarito de construção na área. A proposta em questão consistia na remoção definitiva dos moradores de suas casas objetivando que estes financiassem apartamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Já a Moradora 2 reflete que o projeto não atendia à totalidade dos moradores e buscava fazer uma “limpeza social” com base estratégica de persuasão. Defende que em função dessas constantes ameaças, os esforços de resistência precisam ser estratégicos e fortalecidos ao lado de outras favelas:

Ao longo desse caminho a gente aprendeu muito, e uma das coisas que a gente mais aprendeu foi em relação à união das comunidades. Tudo que a gente pensa em fazer, a gente pensa em todos juntos. Quando recebemos a ameaça, a primeira coisa que fizemos foi colocar a palavra remoção no google, lá conhecemos a experiência da Vila Autódromo. Decidimos, depois disso, visitar *eles*, e fomos muito bem recebidos pela Dona Penha, que instruiu a Comissão formada em Rio das Pedras. Ela nos deu uma aula sobre força, garra e mobilização política (Moradora 2, de Rio das Pedras. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2019).

As narrativas das mulheres de Rio das Pedras demonstram que as estratégias da Prefeitura em gestões distintas assumem a mesma premissa em suas intervenções urbanísticas. Em oposição a esta prática corriqueira, que pauta a remoção de favelas como estratégia de urbanização central nessa perspectiva de cidade mercadoria, estas moradoras vêm defendendo a necessidade de debates, e que as soluções e alternativas precisam ser encontradas de forma participativa. A abertura de espaços de debate é extremamente importante em áreas dominadas pela milícia, onde as práticas associativas são fortemente impactadas e silenciadas.

A articulação das mesmas na luta tem propiciado esse enfrentamento por meio de diversas ações, e, em todos os

casos, elas compartilham ter ganhado bastante confiança por parte dos demais moradores, fortalecendo os espaços de luta, com protestos, mobilizações, participações em audiências públicas, entre outras ações. A presença precarizada do Estado diante das demandas dos segmentos mais empobrecidos (classe trabalhadora) da sociedade não passa despercebida pela liderança comunitária exercida pelas mulheres. Para as moradoras de Rio das Pedras, a luta se tornou um espaço relevante na defesa por melhorias locais. A fala expressiva da Moradora 3 demonstra como os projetos para as favelas são lançados sem a devida intenção de corresponder às necessidades locais.

A Prefeitura não consegue pagar os médicos da família, mas dinheiro para tirarem nossas casas eles têm. Ninguém aqui em Rio das Pedras construiu casa para ser derrubada, construímos com amor e afeto. Se o prefeito tem bilhões para arrumar para esse projeto absurdo de verticalização de Rio das Pedras, que arrume então para a educação, e para a saúde (Moradora 3, de Rio das Pedras. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2019).

Todo esse escopo de discussão do direito à moradia na cidade, proposto por essas mulheres, é materializado em mobilizações de extrema relevância na esfera pública. A condição de aparecimento de seus corpos na esfera pública se impõe contra a preservação da dominação do homem nesse espaço normativamente masculino, enquanto que a esfera privada seria presumivelmente feminina. Nessa perspectiva, a esfera privada é lida como pré-política. Assim, o protagonismo feminino em torno da luta urbana reivindica espaços de participação social, e de controle social das políticas urbanas e redimensiona em forma de questionamento o papel de gênero normativo, que é construído socialmente. Além disso, constrói alterações para a noção de esvaziamento político do cotidiano feminino na esfera privada e abre uma brecha para o fortalecimento do debate político em espaços silenciados por configurações do controle interno dessas áreas. Resta saber até onde tais práticas políticas podem trazer possibilidades de questionamento dessas configurações sem ser completamente cooptadas ou, por sua vez, também silenciadas.

Em grande parte das entrevistas concedidas, as mulheres de Rio das Pedras consideram que a informação impulsiona a consciência coletiva e a necessidade de mobilização em torno do



direito à moradia, como podemos observar na fala da Moradora 1 que integra a Comissão.

Aqui as pessoas são simples, sem muito estudo; quando eu vi agentes da Prefeitura entrando nas casas das pessoas para fazer um cadastro, sem oferecer nenhum tipo de informação, sem perguntar a nossa opinião, entrei em desespero. Foi assim que comecei a usar a informação como estratégia de mobilização. Eu e todos da comissão íamos de casa em casa, inclusive dos moradores que são inquilinos. Nós levamos informações que os moradores não tinham, com ajuda das orientações que fomos adquirindo com nossa inserção na luta. Hoje eu não passo um dia sem ser procurada na minha comunidade, e por isso eu uso esse alcance para o bem (Moradora 1, de Rio das Pedras. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019).

Esse movimento indica a circulação ampla e constante dessas mulheres nos espaços de luta. E ainda que referenciadas por outros termos, demonstraram entender que suas ações no interior da favela, e fora dela, correspondem a formas de controle social, e veem este aspecto como pauta urgente para todas as favelas cariocas. Fica claro neste ponto que existe consciência das violações de direitos nas favelas, e que estas são comuns devido à fragilidade funcional do Estado, dos espaços de controle e de participação social.

Entre as expressões alternativas de controle social, observadas durante o processo de pesquisa que evidenciam o protagonismo feminino, podemos destacar a Jornada das Remoções, no ano de 2017, que abriu precedentes para articulações importantes. A jornada foi organizada por moradores de diversas favelas, porém no processo de pesquisa foi possível perceber a presença ativa e expressiva das mulheres. Foram realizados três atos, denominados como Ocupa Península (01/12), Ocupa Palácio da Cidade (08/12) e Ocupa Prefeitura: a ceia dos pobres (15/12). Para as moradoras de Rio das Pedras, a participação na Jornada foi muito significativa para a luta recém-constituída, na medida em que se aproximaram de exemplos de outras moradoras de favelas, que passaram ou estavam passando por situação semelhante. Destacam que as vozes se uniram, mostrando que a luta era pelo direito de morar nas casas que já eram delas.

Posterior à Jornada, muitas audiências públicas tiveram grande relevância para o processo de fortalecimento e agenciamento das





mulheres enquanto protagonistas no controle social. No último dia 26 de junho de 2019, uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro contou com a presença de muitas mulheres moradoras de favelas, em especial de Rio das Pedras. A referida audiência foi realizada por iniciativa de diversos movimentos sociais, sendo convocada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, e pela Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários.

Como resultado desses atos e em decorrência da pressão popular, as moradoras de Rio das Pedras conseguiram audiências com o Prefeito Marcelo Crivella, com a Secretária de Urbanismo, bem como apoio de frentes parlamentares para a realização de audiências públicas sobre a questão da moradia. As conclusões desses encontros, em especial para as três mulheres entrevistadas, reforçam a necessidade de fortalecer a luta e de aumentar o leque de alianças entre as favelas, e com as demais forças sociais que atuam nesta causa. Ou seja, compreendem a importância de se fazer política e consolidar formas alternativas de controle social da política urbana destinada às favelas cariocas.

Considerações Finais

No contexto de radicalização profunda das transformações urbanas na cidade, as favelas permanecem sendo alvos recorrentes de expulsão, configurando-se em um exemplo claro do projeto atual de cidade, completamente subordinado aos interesses e exigências do processo de acumulação e de produção capitalista (Harvey 2014). As favelas são, neste caso, consideradas como obstáculos para a apropriação do espaço, no circuito de valorização do capital imobiliário. Em contextos muitas vezes violentos, tais mulheres implementam, nos interstícios possíveis, práticas criativas e inovadoras de controle social das ações do Estado.

O protagonismo feminino nas favelas cariocas pauta, sobretudo, a importância do controle social para a superação dos episódios frequentes de remoção no Rio de Janeiro, e também tem constituído paralelamente um legado para as mulheres, em relação à maneira em que se enxergam e se posicionam na cidade. De acordo com a Moradora 2, as mulheres estão assumindo a centralidade nesse processo, e por isso é importante



serem identificadas as proposições políticas advindas nesse movimento de mulheres para as favelas.

As pessoas estão percebendo que as mulheres têm vez, são inteligentes, são competentes. Até então as pessoas eram acostumadas em uma estrutura de sociedade patriarcal e machista, onde o homem sabe mais, onde ele que fala e ponto final. A gente ainda vive isso, mas acho que mudou um pouco em função da participação da mulher em disputar esses espaços, aí dá força, dá maior legitimidade para outras mulheres avançarem na luta (Moradora 2, de Rio das Pedras. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019).

A clareza cativante da entrevistada atesta que o protagonismo feminino não é, portanto, lutar apenas na direção da perspectiva do gênero. Perpassa a constante necessidade de pensar em sua própria inserção na cidade e na sua relação com todas as variáveis que compõem o espaço urbano. Ao se reconhecerem como protagonistas, essas mulheres se percebem como agentes ativos, que lutam por cidadania no sentido individual e amplo, preconizando, no caso estudado, os interesses de grupos subalternizados.

Apesar de todo desafio, as mulheres se posicionam na esfera pública com responsabilidade social e política, objetivando fortalecer a legitimidade do direito à cidade para os moradores das favelas, ou seja, suas ações não se limitam ao questionamento da intervenção estatal em seu local de moradia, mas dialogam com práticas de mulheres em outras favelas. Percebem, assim, que o controle da ação do Estado necessita de articulações mais amplas e estruturais. Não é difícil identificar que em muitos espaços atuais de articulação política dos favelados, como o Conselho Popular¹⁰, por exemplo, a presença de lideranças femininas é amplamente majoritária.

Nossas entrevistadas relataram ter se sentido frequentemente inibidas em gabinetes de vereadores homens que pareciam não reconhecer a legitimidade de suas lutas, de suas vozes diante do lugar social e de fala enquanto mulheres, pobres, moradoras de favela e nordestinas. Porém, quando encontraram a vereadora Marielle Franco (brutalmente assinada em março de 2018) em seu gabinete, sentiram como se estivessem em casa, em decorrência da acolhida e atenção. O protagonismo feminino das mulheres no controle social das políticas urbanas oferece evidências de

que elas acabam sendo discriminadas em suas manifestações políticas e, conseqüentemente, mais afetadas pela remoção em decorrências de todas as funções sociais normativas que lhes são impostas.

Tudo com a mulher é diferente, a gente tudo tem que provar primeiro para depois ter o espaço. Mas a gente tem provado que as mulheres representam muito bem a questão da luta. Eu acho que mulher é força, essa questão de mulher ser inferior ao homem é a pior coisa que criaram. Eu acredito que não existe diferença, eu acredito que a mulher é super guerreira, quando ela quer uma coisa ela vai atrás. Ela tem filho, ela trabalha, mas mesmo assim dão um jeito de se deslocarem para a luta. Então, assim, essa fragilidade na mulher não existe (Moradora 2 de Rio das Pedras. Rio de Janeiro. 11 de abril de 2019).

Marielle é certamente um grande exemplo desse novo papel político exercido pelas mulheres. Seu assassinato reflete também como a questão de gênero, raça e classe não é estranha ao emaranhado de poderes, que controlam nossas cidades e, em especial, os espaços das favelas. Acreditamos, no entanto, que o seu exemplo, assim como de tantas lideranças faveladas nos últimos anos, demonstra a emergência de práticas sociais emancipadoras. A Moradora 1 coloca essa questão, através de um questionamento que sofreu durante o processo organizativo da luta em Rio das Pedras.

Eles diziam, vem cá será que é bom o fato de ser mulher falando? E aí te pergunto: Mas qual o problema? O que o homem pode falar que a gente não pode? (...). Teve até um episódio que a gente tentou organizar de um jeito diferente, e colocamos um homem para falar, e coincidentemente acabou não dando certo. (...) O sexo é a última coisa importante nesse tipo de situação. Mas infelizmente a sociedade como um todo reage estranho. Por exemplo, teve uma vez, a gente reunida na manifestação, e a polícia chegou perguntando quem eram os líderes. Quando falamos que eram as mulheres que estavam ali, eles perguntaram: Ué, mas vocês? Só vocês? (Moradora 1 de Rio das Pedras. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2019).

É constitutivo desse quadro estrutural o espaço político como não lugar daqueles que são marginalizados na cidade, por isso o incômodo tangível que a Vereadora Marielle Franco gerou nessa estrutura. Seu movimento não foi tolerado, assim como os

movimentos de outras mulheres negras, periféricas, nordestinas e faveladas na política continuam não sendo. No entanto, a confrontação da ordem socialmente estabelecida resultou em sua morte. Marielle foi assassinada, e embora não estejamos buscando referenciar essa questão como basilar de todas as relações de poder na política, vale pontuar que seu assassinato é o maior exemplo da face racista, sexista e classista da política brasileira.

Ocorre, nesse movimento de mulheres faveladas, uma desestabilização do lugar convencionalizado como feminino e subalterno. É um deslocamento que produz a afirmação das mulheres faveladas enquanto sujeitas da política e da história. Esses aspectos disputam o sentido da política e da circulação e apropriação dessas mulheres frente a esses espaços. Consideramos que o caminho de luta não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições, atravessa também os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas, que se estabelecem entre todos os sujeitos, incluindo mulheres e homens. Sendo assim, concebemos o controle social protagonizado por mulheres faveladas como práticas não cooptadas, e não esvaziadas de sentido político, pois estão centradas na conscientização das camadas populares.

O controle social também está presente nas representações materiais e simbólicas; são formas originais, autônomas, autogestadas e elaboradas nas manifestações espontâneas e/ou organizadas na cidade, onde até mesmo práticas referenciadas socialmente, como exclusivas das mulheres, expressam resistência e têm peso importante para a construção de novos projetos políticos para o Rio de Janeiro. As práticas que expressam controle social, protagonizadas pelas mulheres do universo do presente artigo, são norteadas por um projeto político de construção de resistências às tendências de desmonte da política urbana, e de validação da ação política das mulheres faveladas em prol do direito à cidade nas favelas cariocas.

Referências

- AKOTIRENE, C. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte – MG. Letramento: Justificando, 2018.
- ARAUJO, M. B. (2019). A Resistência é feminina: O protagonismo das mulheres no controle social da Política Urbana destinada

- às favelas cariocas a partir da experiência do Conselho Popular. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUC-Rio.
- BENMERGUI, Leandro e GONÇALVES, Rafael Soares. *Urbanismo Miliciano* in Rio de Janeiro, NACLA Report on the Americas, v. 51, n. 4, 2019, p.379-385.
- BRAVO, M. I. S. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss). Brasília: CFESS/ Abepss, 2009.
- BRAVO, M. I. S. e CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. Serviço Social e Sociedade, n. 109, 2012, p.126-150.
- CORREIA, M. V. C. Controle social na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete [et al] (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2012.
- COUTINHO, C N. Intervenções: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.
- DAGNINO, E. (org). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DIAS, E F. Hegemonia: racionalidade que se faz na história. O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.
- FEDERICI, S., Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle. Oakland: PM Press, 2012.
- GONÇALVES, R. S. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas - Ed. PUC-RIO, 2013.
- GONÇALVES, R. S.; BAUTES, N. e FREIRE, L., Rio de Janeiro 2016 ou les travers de la ville Olympique, Problèmes d'Amérique latine, n. 4, 2017.
- GONÇALVES, R. S.; SIMÕES, S. S. e MAGALHÃES, A. F. Grandes eventos, múltiplos impactos e grandes mobilizações, Revista O Social em Questão, n. 19, 2013.
- GONÇALVES, R. S. e CAMPOS, L. R. Da cidade de exceção a um novo modelo urbano pós-olimpíadas: as alterações na legislação urbanística em relação às favelas da cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Á.; RUA, J. e MATTOS, R. C. de. Produção do Espaço. Emancipação social, o comum e a “verdadeira democracia”, Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- GONZALES, L. Por um Feminismo Afro-latino Americano. Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, n.1, 2014.
- HANAI, L H.V, A ideologia na produção do espaço: os megaeventos

- como agentes difusores da ideologia (neo)liberal, *Cadernos Metrópoles*, v. 21, n. 44, 2019, p.79-97.
- HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. *InterfacEHS*, v. 2, n. 4, 2007, p.1-30.
- HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. David Harvey - São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, H., *O direito à cidade*. Henri Lefebvre - São Paulo: Ed. Centauro, 2001.
- LUGONES, M. Rumo a um Feminismo decolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 4, 2010.
- MACHADO, T. (2015). *O Controle Social democrático e o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: um estudo no Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Serviço Social/UERJ.
- MARICATO, E. *A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana*. *Brasil em jogo. O que fica da copa e das olimpíadas?*/ Andrew Jennings; Raquel Rolnik; Antonio Lassance (org). 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.
- NEVES, A. V. *Cultura Política e Democracia Participativa. Um estudo sobre orçamento participativo*. p. 11-36. RJ: Ed. Gramma, 2008.
- OLIVEIRA, A. L. de. *Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade*. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n. 40, 2018.
- RIBEIRO, L C Q e SANTOS JUNIOR, O. dos. *Governança Empreendedorista e Megaeventos Esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira*. *O Social em Questão*, n. 29, 2013, p.23-42.
- RIBEIRO, D. *O que é: lugar de fala?*, Belo Horizonte (MG): Letramento/Justificando, 2017.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SAFFIOTI, H., *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].
- SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos/Editora da Unochapecó, 2010.
- SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Santa Catarina: UFSC, 1995.

Notas

- 1 Sobre a Globalização Neoliberal, ver, por exemplo, Harvey, 2007, Sánchez, 2010 e Rolnik, 2015. [voltar]

- 2 Essa pesquisa foi realizada no contexto da realização de mestrado pela autora principal, sob a orientação do coautor, no programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio. [voltar]
- 3 Foram realizadas seis entrevistas abertas e semiestruturadas entre os meses de dezembro de 2017 a junho de 2019. [voltar]
- 4 A epistemologia explorada por Lugones (2010), Gonzales (2014) e Ribeiro (2017) permite identificar que existe uma dimensão feminista decolonial, que impulsiona o aparecimento de mulheres específicas e desnuda a representação da mulher como sujeito político universal. Ou seja, referenciamos nossa análise com base no feminismo, postulado pelas referidas autoras, levando em consideração que esta perspectiva busca representar aquelas que experimentam o gênero de outra forma, sobretudo no cenário de luta pelo direito à moradia. [voltar]
- 5 De acordo com Akotirene (2018), o conceito de Interseccionalidade surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Sendo cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, e conquistando popularidade somente em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul. A interseccionalidade viabiliza a instrumentalidade teórico-metodológica a respeito da inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e patriarcado. Em síntese, o conceito demonstra que não existe primazia de uma opressão sobre as outras, pois raça, classe e gênero são categorias indissociáveis. [voltar]
- 6 Os orçamentos participativos são espaços públicos para deliberação sobre o orçamento das administrações municipais, onde a população decide sobre e como os investimentos devem ser realizados. Diferente dos Conselhos Gestores, cuja existência é uma exigência legal, os Orçamentos Participativos derivam de escolas políticas dos diferentes governos municipais e estaduais (DAGNINO, 2004, p.94). [voltar]
- 7 “Participação Popular na Construção do Poder Local” é um boletim editado pelo Instituto Pólis para divulgar informações e contribuir na formação de participantes de Conselhos de todo o país e pessoas interessadas em construir e fortalecer espaços participativos e de exercício da cidadania ativa. <http://www.polis.org.br/uploads/1058/1058.pdf>. Acessado em junho/2019. [voltar]

8 As milícias começam a se constituir no Rio de Janeiro ainda nos anos 1980 justamente na favela de Rio das Pedras e se expandem por toda a cidade a partir dos anos 2000. Elas, inicialmente se organizam para expulsar o tráfico de drogas das favelas e passam a taxar diferentes atividades no local (transporte alternativo, venda de gás, comércio em geral...) e/ou controlam diretamente certas atividades, como, por exemplo, o mercado imobiliário (Benmergui e Gonçalves, 2019). Apesar dos recorrentes conflitos entre milícia e narcotraficantes, já há indícios, em algumas favelas, de alianças de grupos milicianos com facções de venda de drogas. Outro ponto importante é a relação das milícias com o Poder Legislativo. Esse argumento é defendido com veemência pelo Sociólogo José Claudio Souza Alves, que estuda o assunto há 26 anos. Para ele, a milícia não é um poder paralelo, mas o próprio Estado, e sem essa conexão direta não haveria milícia na atuação que ela tem hoje. <https://apublica.org/2019/01/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/>. Acessado em abril/2020. [voltar]

9 A Comissão de Moradores de Rio das Pedras é uma organização de base popular, composta pelos moradores da região. Foi formada no contexto da ameaça de remoção, inicialmente objetivando constituir resistência as ameaças. Atualmente permanece atuando em Rio das Pedras reivindicando a garantia do direito à moradia em seu sentido amplo, ou seja, em defesa da permanência, e também de melhorias. A integrante da Comissão que entrevistamos é considerada a porta-voz. A referida comissão é considerada por seus membros como espaço distinto da associação de moradores de Rio das Pedras, espaço mais institucionalizado de representação dos moradores e, por vezes, questionado pela proximidade com os poderes públicos e a própria milícia. [voltar]

10 O Conselho Popular é fruto da união dos moradores e moradoras de comunidades, vilas e favelas do Rio de Janeiro na luta pelo direito à moradia e à cidade. Seus membros se reúnem uma vez por mês na Pastoral de Favelas da Diocese do Rio de Janeiro e atuam em diversas frentes, sobretudo em casos de remoções de favelas e na luta pelo direito à moradia. [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em outubro de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).